AS FAIANÇAS FINAS DO RECOLHIMENTO DE SANTA TERESA, NITERÓI/RJ: ALGUMAS NOTAS PRELIMINARES*

ALEJANDRA SALADINO**

ARTIGO

HABITUS Goiânia, v. 15, n.2, p. 301-317, jul./dez. 2017.
DOI 10.18224/hab.v15i2.4650

Resumo: *este artigo é um desdobramento de um projeto de pesquisa sobre o processo de patrimonialização e musealização do Recolhimento de Santa Teresa. A investigação, de início uma reflexão alicerçada pela gramática da Museologia e do Patrimônio, estendeu-se para a Arqueologia e os estudos da cultura material. Objetivamos apresentar os resultados parciais da análise sobre as faianças coletadas no sítio.*

Palavras-chave: *Arqueologia Histórica. Cultura material. Recolhimento. Niterói.*

O sítio histórico apresentado neste artigo se trata do Recolhimento de Santa Teresa, objeto de nosso projeto de pesquisa "Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa: usos e funções de um lugar de memória da Freguesia de São Sebastião de Itaipu/Niterói – séculos XVIII ao XXI", desenvolvido de 2011 a 2013 na Escola de Museologia da UNIRIO[1]. Àquela altura, para lograrmos nosso objetivo de compreender os processos de patrimonialização[2] e musealização[3] do sítio, levantamos fontes documentais que nos permitiram uma análise do objeto a partir da variável histórica. Contudo, no decorrer

* Recebido em: 27.04.2016. Aprovado em: 15.02.2017

** Museóloga. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Rio de Janeiro, Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPG-MS/UNIRIO) e Arqueologia pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/MN/UFRJ), Professora Adjunta do Departamento de Estudos e Processos Museológicos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (DEPM/CCHS/UNIRIO) e do Mestrado Profissional de Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Centro Lúcio Costa/IPHAN). Museóloga do Museu da República (MR/Ibram/MinC).

do processo identificamos outra categoria de fonte, designadamente a cultura material associada àquele contexto sobre a qual não pudemos dedicar maior atenção e que não foi objeto qualquer tipo de análise, até o presente momento. Referimo-nos concretamente ao conjunto de fragmentos de faianças finas coletados em três momentos específicos: durante a drenagem de parte do pátio interno[4], o projeto de instalação de canos de rede de esgoto[5] e a drenagem do entorno da capela situada no interior do Recolhimento[6].

Assim, nossa proposta com a elaboração deste artigo refere-se justamente à reflexão sobre as possibilidades interpretativas desse material à luz do *corpus* teórico e das metodologias próprias para o estudo da cultura material objeto da Arqueologia Histórica.

A estrutura deste texto é a seguinte: em um primeiro momento apresentamos uma "prospecção" sobre as camadas de ocupação do Canto Sul da Praia de Itaipu, onde o Recolhimento de Santa Teresa foi erigido[7]. Nossa intenção é contextualizar o sítio e, assim, algumas leituras sobre ele[8]. A seguir, passamos à apresentação do objeto de análise *stricto sensu* exposto neste artigo: a coleção de fragmentos de faiança associada ao Recolhimento de Santa Teresa. Iniciamos com uma descrição do nosso primeiro contato com o material, destacando como o percebemos, o que levamos em consideração e o que deixamos de lado àquela altura e, finalmente, ensaiamos a identificação e a datação de uma pequena amostra dos fragmentos. Por fim, procuramos articular as informações obtidas com o processo de identificação do material com aquelas obtidas nas fontes documentais com o fito de testar as potencialidades e limitações de um estudo futuro sobre o *modus vivendi* daqueles que viveram no Recolhimento de Santa Teresa a partir das faianças finas.

PROSPECÇÃO SOBRE AS CAMADAS DE OCUPAÇÃO DO CANTO SUL DA PRAIA DE ITAIPU E SOBRE SUAS REFERÊNCIAS PATRIMONIAIS

A praia de Itaipu faz parte de um ecossistema do qual se destacam a Laguna de Itaipu e a vizinha área de manguezal – resultado do encontro da água do mar e da água salobra da laguna – e o Morro das Andorinhas, este último *lócus* de fauna e flora típicas da Mata Atlântica. Os grupos humanos que povoaram o sul do continente americano não deixaram de aproveitar os fartos e diversos recursos alimentares provenientes dessa área e, assim, podemos identificar suas marcas nessa paisagem. Algumas delas encontram-se ainda hoje no sítio Duna Grande, nomeadamente lascas de quartzo, restos alimentares – como ossos de peixes e animais de pequeno porte – e mesmo vestígios esqueléticos[9]. Tais vestígios são associados a grupos de pescadores-coletores que viveram no litoral fluminense entre cinco mil e mil anos atrás[10] (DIAS JR., 1992; PROUS, 1992; HERINGER, 2014).

O sítio arqueológico pré-cerâmico Duna Grande é o único conhecido a resistir intacto – ou quase – na região. Outros, como o Sambaqui Camboinhas e o sítio Duna Pequena foram destruídos, após a realização de um projeto de salvamento arqueológico. Essa ação foi justificada pela necessidade de alargamento do canal da praia de Itaipu e pela implantação de empreendimentos imobiliários na região, na década de 1970[11]. Destarte, vale ressaltar que a relevância do Duna Grande não se limita ao fato de ser um dos últimos sítios pré-coloniais, reconhecidos até o momento, a compor a paisagem, talvez o de evidências mais marcantes. Sua significância científica e excepcionalidade estão associadas ao fato de ter sido tomado como modelo para a Tradição Itaipu, bem

HABITUS Goiânia, v. 15, n.2, p. 301-317, jul./dez. 2017.

como pelo seu reconhecimento, por parte do IPHAN, enquanto Monumento Símbolo da Pré-História Brasileira[12].

Os estudos de Dias Jr. (1992) e Kneip (1979a e 1979b) revelam que a área em tela foi palco de diversas ocupações ao longo do tempo. Registros variados da presença de grupos de pescadores-coletores remontam aproximadamente 5.000 anos AP. A título de ilustração, destacamos artefatos líticos, como raspadores, almofarizes e restos faunísticos, além de enterramentos humanos.

Igualmente é farta a cultura material referente a outros tempos históricos. No século XVI, na altura da implantação dos sistemas de sesmarias, foi dada a Domingos Martins Mourão uma área que se estendia da Lagoa de Piratininga em direção a Maricá, incluindo nelas, a Laguna de Itaipu. Em 1590 o fidalgo estabeleceu o primeiro vetor de comunicação, ainda que distante, com a Praia de Itaipu. Esse caminho partiu da grande estrada de penetração para o interior das terras fluminenses[13] e tomou a direção da Laguna e da Praia de Itaipu e uma variante em direção à Praia de Itacoatiara[14]. Uma vez que poucos eram os proprietários dessa área, sobretudo pela considerável extensão das terras de Mourão, a região permaneceu intacta por longos 160 anos, quando os seus descendentes começaram, pouco a pouco, a divisão e fracionamento da propriedade[15]. Em 8 de fevereiro de 1605, outra Carta de Sesmaria foi passada para Afonso Gonçalves. Esta e outras concessões nos indicam o incremento demográfico, mesmo que tímido, na região. Novos engenhos, fazendas e capelas surgiram ao longo dos 150 anos subsequentes.

Todavia, de acordo com as fontes consultadas, é possível conjeturar sobre o estabelecimento de um pequeno vilarejo em Itaipu apenas em meados do século XVIII. Segundo os livros paroquiais da Freguesia de São Sebastião de Itaipu, Domingos Gonçalves viveu *no lugar da praia desta freguesia*, em 1745. Com o aumento do número de propriedades, consequentemente à chegada de colonos para trabalharem nas lavouras da cana de açúcar, surgiram pequenos assentamentos, entre eles uma colônia de pescadores para o sustento local justamente no canto sul da Praia de Itaipu. Fez-se erguer, em 1755, a nova Igreja de São Sebastião, transformada na sede da Freguesia de Itaipu (SALADINO, 2013).

Finalmente, chegamos à camada correspondente ao contexto que motiva o presente texto. Em meados do século XVIII, Manuel Francisco da Costa e Manuel da Rocha, da Ordem Terceira do Monte do Carmo, erigiram um abrigo para mulheres na Freguesia supracitada. Vizinho das Fazendas de Piratininga e do Mato e da Igreja de São Sebastião, o Recolhimento de Santa Teresa recebeu, ao longo de sessenta anos, devotas, decaídas e inconvenientes aos olhos da sociedade. Isto é, nessa erma região, cujo acesso restringia-se ao mar e a uma distante e precária via de terra batida dos engenhos, foram depositadas as dedicadas à devoção e as que foram objeto de punição e proteção e que, de acordo com estudos anteriores (LIMA, 1999) pertenciam às classes sociais mais baixas.

A edificação assimétrica, ainda que haja elementos dispostos simetricamente em relação à entrada principal, resulta de uma técnica construtiva na qual se utiliza uma argamassa produzida com conchas trituradas e óleo de baleia. Na estrutura maciça, um retângulo de 46,6m de comprimento e 26,6m de largura, predominam as linhas horizontais, se considerarmos a pouca altura do pé direito e a grande largura dos vãos o que, por sua vez, dá um aspecto de calma e solidez ao lugar, segundo o parecer técnico que inicia o processo de tombamento do bem (SALADINO; BARATA; BISERRA, 2013, p.47) (Figura 1). A edificação hoje possui sete pátios e, logo ao adentrarmos, nosso olhar é capturado pela capela de portas almofadadas.

HABITUS Goiânia, v. 15, n.2, p. 301-317, jul./dez. 2017.

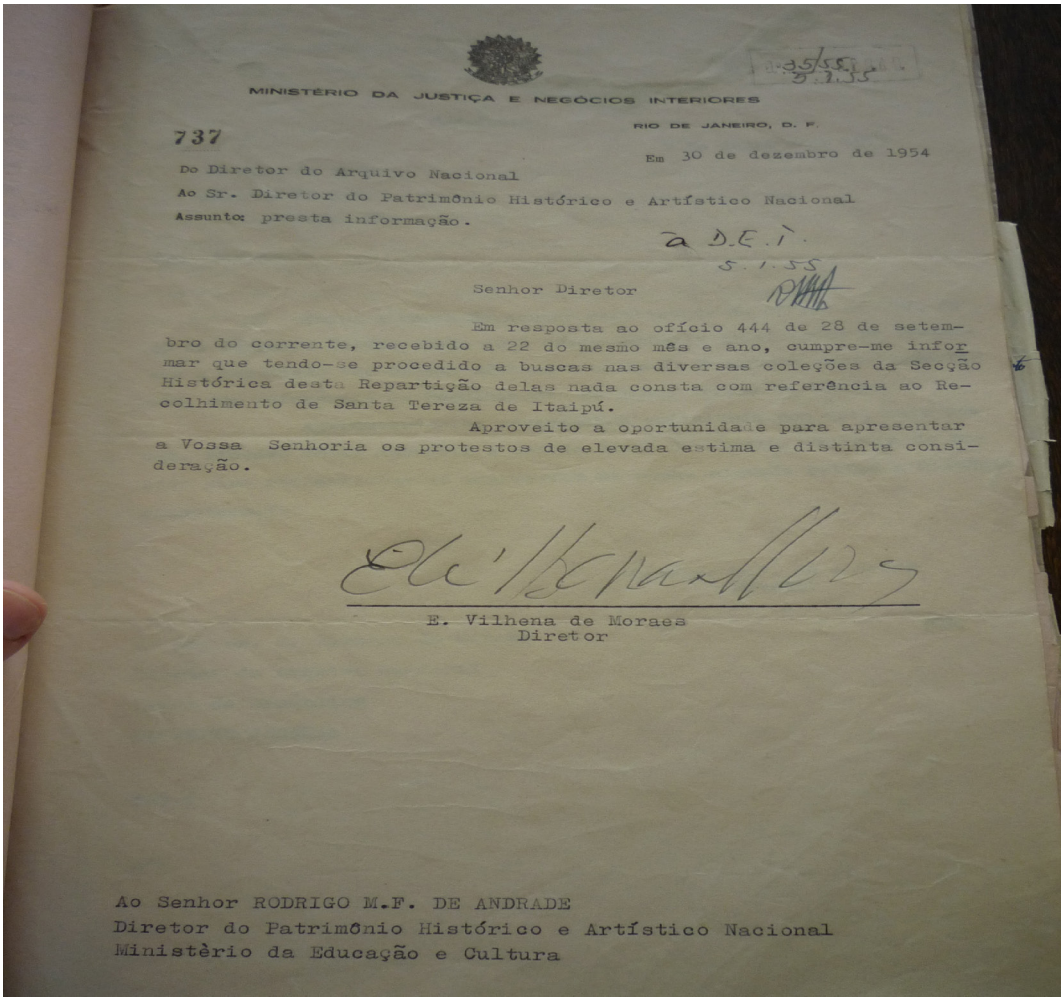
Figura 1: Capela do Recolhimento de Santa Teresa, atual espaço da exposição de longa duração do Museu de Arqueologia de Itaipu
Nota: foto de Fábio Santo Nicola (02/2012).

Esse foi o lar de mulheres que, segundo relatórios de Visitas Pastorais do início do século XIX, viviam de forma muito simples e sem recursos, mas contavam com a presença de, pelo menos, duas escravas[16]. Nesse ermo e esquecido lugar as reclusas tinham uma rotina dedicada à oração, o que não quebrantou o ânimo de algumas delas. Inconformadas com o destino traçado por seus maridos lançavam mão dão das estratégias ao seu alcance, como a interseção dos párocos para convencer os familiares a acolhê-las novamente ao lar ou então a depositá-las em outros lugares, como o Convento da Ajuda. Há registros de um caso extremo: a fuga de Fortunata Maria da Conceição do Recolhimento[17].

Em meados do século XIX, o Recolhimento foi desativado[18]. No início do século XX, o edifício, em franco processo de deterioração, serviu de abrigo para algumas famílias de pescadores da colônia local e também de espaço para trabalhos relacionados à sua subsistência, designadamente o tingimento das redes de pesca. Nos anos 1940, integrantes dessa mesma colônia, preocupados com a especulação imobiliária no local, com a garantia de sua moradia e com a degradação do lugar, alertaram o Poder Público para a necessidade de uma intervenção, qualquer que fosse. A estratégia lançada veio na forma de um pedido de tombamento dos remanescentes do Recolhimento firmado pela própria colônia de pescadores. Entretanto, para dar início ao inventário do monumento, era necessário identificar seu responsável e seu proprietário. Apesar da dificuldade de identificar o proprietário do terreno e de outras informações sobre a construção, como se observa no documento abaixo (Figura 2), foi considerado o fato do pedido de tombamento ter advindo da vontade da comunidade local e também foi reconhecido o

HABITUS Goiânia, v. 15, n.2, p. 301-317, jul./dez. 2017.

valor histórico do bem cultural e, por isso foi emitido um parecer técnico favorável ao tombamento[19]. Destarte, o Conselho Consultivo do Instituto acompanhou o parecer e deliberou sobre a inscrição, em 1955, das ruínas no Livro de Belas Artes[20]. Nesse mesmo período foi iniciado o projeto de consolidação e restauração do monumento[21].



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

RIO DE JANEIRO, D. F.

737

Em 30 de dezembro de 1954

Do Diretor do Arquivo Nacional

Ao Sr. Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Assunto: presta informação.

à D.E.I.
5.1.55

Senhor Diretor

Em resposta ao ofício 444 de 28 de setembro do corrente, recebido a 22 do mesmo mês e ano, cumpre-me informar que tendo-se procedido a buscas nas diversas coleções da Secção Histórica desta Repartição delas nada consta com referência ao Recolhimento de Santa Tereza de Itaipú.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os protestos de elevada estima e distinta consideração.

E. Vilhena de Moraes
Diretor

Ao Senhor RODRIGO M.F. DE ANDRADE
Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Educação e Cultura

Figura 2: Ofício de Diretor do Arquivo Nacional ao Diretor do IPHAN informando sobre a inexistência, naquela repartição de documentos sobre o Recolhimento de Santa Teresa (30/12/1954). Fonte: Arquivo Central do IPHAN, processo de tombamento do Recolhimento de Santa Teresa.

Na década de 1970 intensificou-se o processo que resultou no tombamento das ruínas, designadamente a especulação imobiliária e o loteamento irregular do canto sul da Praia Itaipu. Em 1976, com a inauguração da Ponte Castelo Branco (popularizada como Rio-Niterói), o entorno das praias oceânicas de Niterói tornou-se economicamente viável aos empreendimentos imobiliários. O loteamento das Praias de Itaipu e Camboinhas e a decorrente destruição do sítio Duna Pequena e do Sambaqui Camboinhas – dentre outros monumentos –, bem como a venda de boa parte das casas dos pescadores para comerciantes e antigos moradores de outras localidades foram algumas das consequências desse processo.

Não é mera coincidência que o processo de preservação do Recolhimento de Santa Teresa, iniciado com a sua patrimonialização, tenha culminado com a sua musealização, em 1977. Percebemos a fundação do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI)

HABITUS Goiânia, v. 15, n.2, p. 301-317, jul./dez. 2017.

nesses Remanescentes enquanto estratégia levada a cabo por distintos segmentos sociais, designadamente os membros da colônia de pescadores e agentes do patrimônio vinculados ao IPHAN, para controlar e minimizar os efeitos que a crescente especulação imobiliária impingia à região. Afinal, a proposta de criação desse museu regional, então vinculado ao desenho institucional do IPHAN, tomava o sítio Duna Grande como extensão da instituição. Então percebemos o Duna Grande como um acervo *sui generis* do museu. Ademais, em conformidade às Recomendações Internacionais[22], o projeto de criação de um museu poderia contribuir para a preservação do Recolhimento dando-lhe um uso cultural.

Desde então, o sítio Duna Grande e as ruínas do Recolhimento são potenciais objetos de *ressonância*[23] (GONÇALVES, 2007), cuidados e sob a vigilância de parte da comunidade local e do MAI[24]. Faz-se mister, todavia, destacar um indivíduo, Hildo de Mello Ribeiro[25]. Ao longo de cerca de uma década, esse agente coletou e reuniu fragmentos ósseos, conchas, lascas de quartzo e outros líticos aflorados do sítio devido à ação do vento sul. A coleção, constituída de quase mil peças, foi doada ao MAI quando da sua fundação e constitui parte do seu acervo, do qual se destacam blocos-testemunhos do Sambaqui de Camboinhas, fragmentos de faiança fina, possivelmente de uso das reclusas, e objetos cotidianos doados pela colônia de pescadores local.

A COLEÇÃO DE FAIANÇA FINA DO RECOLHIMENTO DE SANTA TERESA À PRIMEIRA VISTA

A presença das faianças finas no cotidiano do Brasil colonial e republicano foi tema de diversos estudos (apenas para citar alguns, ZANETTINI, 1986; SOUZA, 2012). A coleção de fragmentos de faiança fina e outros tipos de louça associados ao Recolhimento de Santa Teresa faz parte do acervo do MAI e representa, na exposição de longa duração, os períodos de ocupação das reclusas e dos pescadores tradicionais. Nosso primeiro contato com o material deu-se durante o processo de elaboração do já referido projeto de pesquisa "Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa: usos e funções de um lugar de memória da Freguesia de São Sebastião de Itaipu, Niterói – séculos XVIII ao XXI". Àquela altura interessava-nos conhecer o material e compreender o processo de sua musealização. Assim sendo, concentramos nosso olhar nos fragmentos expostos e nos campos da ficha de catalogação do museu.

Vale dizer que a análise fundava-se na nossa formação em Museologia. Como uma ciência social aplicada cujas raízes também remetem ao colecionismo ao antiquariato – tal e qual a Arqueologia – faz parte da *práxis* museológica ordenar, por meio do estabelecimento de categorias e de variáveis específicas o universo de coisas, produzidas ou não pelo *Homo sapiens*[26]. Destarte, naquele momento buscávamos compreender a lógica da exposição dos fragmentos de faiança fina tendo como premissa a seleção a partir do maior potencial informativo do fragmento sobre a forma da peça, a técnica fabricação, o estilo de decoração e marcas do produtor e também a estrutura da ficha de catalogação do material.

Vale dizer que àquela altura observamos que algumas fichas tinham informações sobre a pasta, mas nem todas sobre a decoração. Observamos também um tratamento diferenciado entre três coleções de faiança fina e outros materiais, como cerâmica e porcelana. O conjunto de fragmentos coletados em 1991, que perfazem um total de 178 fragmentos, possui ficha catalográfica. Entretanto, os materiais coletados em 2008 e 2009 não possuem fichas catalográficas, apenas foi-lhes dado um número.

HABITUS Goiânia, v. 15, n.2, p. 301-317, jul./dez. 2017.

A Coleção à Luz do *Corpus* Teórico-Metodológico

À luz da Museologia, sabíamos que poderiam ser extraídas algumas informações do material em tela, especificamente sobre o tipo de pasta, de técnica de decoração e período de produção. Quando de nosso primeiro contato com o material, buscamos essas informações na borda dos fragmentos, nos desenhos, na cor do esmalte e em marcas do produtor no verso. Entretanto, a leitura dos estudos desenvolvidos por Bandeira (2011) e Symanski (2001) permitiu o refinamento do nosso olhar sobre a amostra e, por isso, revisitamo-la, pois outras informações poderiam estar contidas no verso dos fragmentos, mais especificamente nas dobras, como por exemplo, o acúmulo de pigmentação azul (característica da faiança fina Pearlware) ou verde (característica da faiança fina Creamware) e também na textura da pasta.

Ademais, o refinamento do olhar museológico à luz da Arqueologia resultou na percepção de outro indicador sobre o período de produção. Para além de uma informação documental, contida nos catálogos ou em marcas do fabricante, passamos a perceber todos os atributos apontados por South (*apud* SYMANSKI, 2001, p. 139) – forma, pasta, dureza, decoração, esmalte e cor – como indicadores do período de produção.

Por fim, a incorporação da perspectiva arqueológica na análise da amostra de faiança fina poderia ampliar o rol de informações sobre o *modus vivendi* das pessoas que habitaram no Recolhimento caso fosse possível associar o material ao contexto no qual foi coletado. As fontes documentais sobre a coleção não permitiram avançar muito. O relatório sobre o conjunto de fragmentos coletados na obra de 1991 não contém informações sobre contextos específicos (IPHAN, 2008, p. 2). Os relatórios do IPHAN e da M. Viana Arquitetura e Construção, responsável pela obra de drenagem realizada em 2009 também não contêm informações, não há qualquer registro sobre a coleta do material arqueológico histórico, muito embora existam peças no acervo relacionadas a esse empreendimento e os depoimentos dos técnicos do MAI confirmam terem sido retirados fragmentos de faiança fina na ocasião.

Apesar das imprecisões e falta de registro, podemos considerar alguns dados. A respeito do material coletado em 1991, tivemos o depoimento oral da responsável pelo acompanhamento da obra, de que o mesmo fora retirado do pátio interno onde atualmente o museu realiza a oficina de escavação em dunas. Entretanto, não há qualquer outro tipo de informação do contexto, como, por exemplo, de qual camada foi retirado determinada peça. Do material coletado em 2009, percebemos pelos registros fotográficos realizados pela empresa de engenharia responsável pela obra, que o material provavelmente foi retirado de uma trincheira contígua às paredes externas da capela, de profundidade de 40 cm. Do material coletado em 2008 obtivemos informações da então diretora do Museu de que o mesmo foi retirado próximo do muro dos fundos do Recolhimento[27].

Apesar do panorama de análise pouco favorável, ou talvez por isso mesmo, decidimos continuar com a proposta de nos debruçar sobre uma amostra da coleção de faiança do MAI com o fito de trazer, ainda que poucas, algumas luzes sobre a coleção e sobre a ocupação do Recolhimento de Santa Teresa. A seleção dos fragmentos a tratar seguiu o critério a saber: o potencial informativo do material, designadamente em relação à decoração (apenas peças decoradas foram selecionadas para composição da amostra), ao modo de produção, a marcas de fabricação e da técnica de fabricação e ao formato da peça. Entretanto, priorizamos os fragmentos que não possuíam ficha catalográfica, designadamente aqueles coletados em 2008 e 2009 com o intuito de cola-

HABITUS Goiânia, v. 15, n.2, p. 301-317, jul./dez. 2017.

borarmos para com a sua classificação. Assim reunimos um conjunto de 18 fragmentos coletados em 1991, 2008 e 2009[28], identificados a seguir:

Quadro 1: Elementos analisados da coleção de faiança do MAI

ITEM	Nº	CATEGORIA	ESMALTE	DECORAÇÃO	ESTILO	COLETA	LOCALIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1 Prato (5 fragmentos)	CP/JB S9/3511 n.0-20cm	Faiança fina	Pearlware	Transfer-printed (c.1759-1820)	Chinoise	2009	Reserva técnica	Presença de pontos azulados no verso das peças, evidência de cobalto, típico de Pearlware
2 Prato (fragmentos de borda)	RMN 14, 15, 16, 17, 18,19,20, 22, 23	Faiança fina	N.I.	Transfer-printed/ borrão azul (c.1835-1860 e ressurgência entre 1890-1904)	Florões e pinceladas largas (c.1815-1835)	1991	Reserva técnica	
3 Malga (fragmentos de borda?)	RMN 45	Faiança fina	Whiteware (?) (c.1820-1900)	N.I.	N.I.	1991	Reserva técnica	
4 Prato (fragmento de borda)	CP/JBS9?PT II 20-40cm	Faiança fina	Whiteware (c.1820-1900)	Pintura à mão	Peasant style (1810-1860)	2009	Reserva técnica	
5 Prato (fragment de borda)	CP/JB/S9/PT – 10-40cm	Creamware (c.1762-1820)	Shell-edged	Neoclássico (c.1800-1840)				Estilo sugerido pelas ondulações da borda mais regulares, ainda que os sulcos sejam mais curvos, à semelhança de conchas
6 Malga e prato? (fragmentos da borda)	RMN47, 48, 53	Faiança fina	Ironstone (1813-1900)	Trigal ou Wheat Pattern (c.1851 aos dias de hoje)	N.I.	1991	Exposição de longa duração	
7 Prato (fragmentos)	RMN 1,2,3,4,5,6	Faiança fina	Whiteware (?)	Transfer-printed (1759 aos dias de hoje)	Willow	1991	Exposição de longa duração	

Nota: elaboração de Alejandra Saladino, a partir de informações sobre faianças contidas em Bandeira (2011).

Para compreendermos um pouco mais sobre a ocupação do Recolhimento de Santa Teresa, propomos a indicação de uma data média de ocupação a partir da aplicação dos *terminus ante quem* e *post quem* sobre a amostra supracitada. Nossa escolha deve-se à amostra selecionada ser pequena. Se utilizássemos a Fórmula South nos arriscaríamos a gerar uma datação muito distorcida. Antes, no entanto, apresentamos, no Quadros 2, 3, 4, 5, 6 e 7, os atributos do material selecionado:

Quadro 2: Item 1 (nº CP/JB/S9/3511 n.0-20cm): Prato (Figura 3)

Atributo	Data inicial	Data final
Esmalte tipo pearlware	1780	1860
Cena de inspiração oriental (chinoiserie)	1775	1810
Decoração feita pela técnica transfer-printed	1759	Até os dias atuais

Nota: elaboração de Alejandra Saladino, a partir de informações sobre faianças contidas em Bandeira (2011).

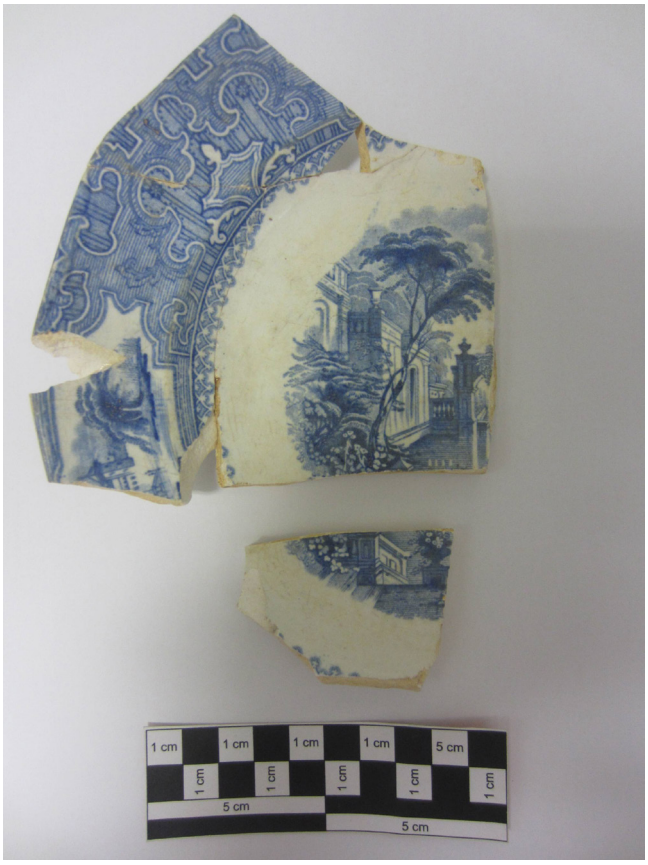


Figura 3: Item 1 (nº CP/JB S9/3511 n.0-20cm). Acervo do Museu de Arqueologia de Itapu
Nota: crédito de Alejandra Saladino (09/03/2017).

HABITUS Goiânia, v. 15, n.2, p. 301-317, jul./dez. 2017.

Quadro 3: Item 2 (nº RMN 14, 15, 16, 17, 18,19, 20, 22, 23): Fragmentos de borda de prato (?) (Figura 4)

Atributo	Data inicial	Data final
Esmalte não identificado	-	-
Florões e pinceladas largas	1815	1835
Decoração feita pela técnica transfer-printed/borrão azul	1835	1904

Nota: elaboração de Alejandra Saladino, a partir de informações sobre faianças contidas em Bandeira (2011).

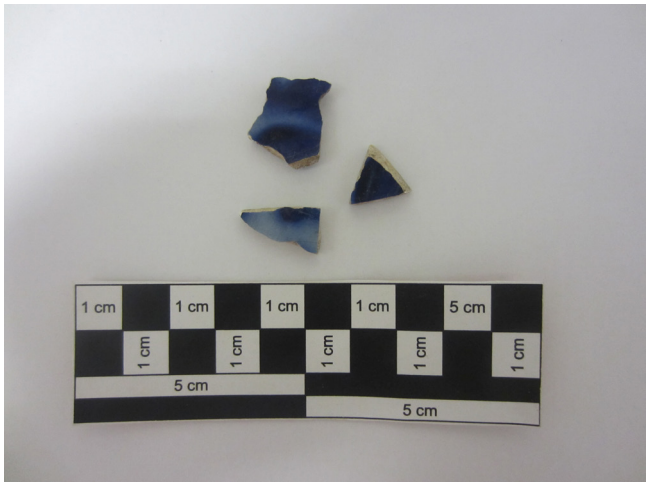


Figura 4: Parte do Item 2 (nº RMN 14, 15, 16). Acervo do Museu de Arqueologia de Itapu
Nota: crédito de Alejandra Saladino (09/03/2017).

Quadro 4: Item 3 (nº RMN 45): Fragmento de borda de malga (?) (Figura 4)

Atributo	Data inicial	Data final
Esmalte tipo whiteware	1820	1900
Decoração não identificada	-	-

Nota: elaboração de Alejandra Saladino, a partir de informações sobre faianças contidas em Bandeira (2011).

Figura 5: Item 3 (nº 45). Acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu
Crédito: Alejandra Saladino (09/03/2017).

HABITUS Goiânia, v. 15, n.2, p. 301-317, jul./dez. 2017.

Quadro 5: Item 4 (nº CP/JBS9/PT II 20-40cm): fragmento de borda de prato (?) (Figura 5)

Atributo	Data inicial	Data final
Esmalte tipo whiteware	1820	1900
Peasant style	1810	1860
Decoração feita à mão	1759	Até os dias atuais

Nota: elaboração de Alejandra Saladino, a partir de informações sobre faianças contidas em Bandeira (2011).

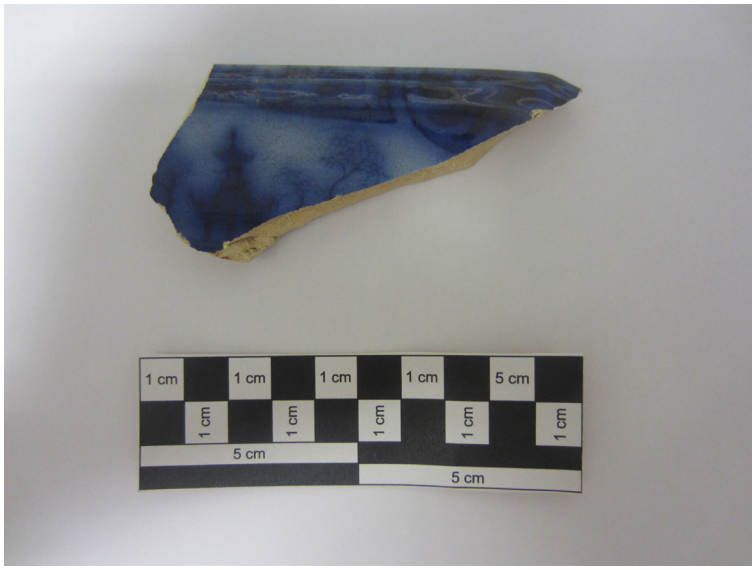


Figura 6: Item 4 (nº CP/JBS9/PT II 20-40cm)
Nota: acervo do Museu de Arqueologia de Itapu. Crédito de Alejandra Saladino (09/03/2017).

Quadro 6: Item 5 (nºCP/JB/S9/PT – 10-40cm): fragmento de borda de prato (?)

Atributo	Data inicial	Data final
Esmalte tipo creamware	1762	1820
Shell Edged neoclássico	1800	1840

Nota: elaboração de Alejandra Saladino, a partir de informações sobre faianças contidas em Bandeira (2011).

Quadro 7: Item 6: Fragmentos de malga e borda de prato (?)

Atributo	Data inicial	Data final
Esmalte tipo ironstone	1813	1900
Trigal ou Wheat Pattern	1851	Até os dias atuais

Nota: elaboração de Alejandra Saladino, a partir de informações sobre faianças contidas em Bandeira (2011).

Quadro 8: Item 7 (nº RMN 1,2,3,4,5,6): Fragmentos de prato (Figura 5)

Atributo	Data inicial	Data final
Esmalte tipo whiteware	1820	1900
Willow	?	?
Decoração por transfer-printed	1759	Até os dias atuais

Elaboração: Alejandra Saladino, a partir de informações sobre faianças contidas em Bandeira (2011).

HABITUS Goiânia, v. 15, n.2, p. 301-317, jul./dez. 2017.

Figura 7 nº CP/JBS9/PT II 20-40cm: Item 7 (nº RMN 1,2,3,4,5,6). Acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu
Nota: crédito de Alejandra Saladino (09/03/2017).

A análise das peças de faiança fina selecionadas para a composição da amostra analisada – termo o qual Zanettini ressalta o anacronismo essencial, visto que remete à Faenza, cidade na Emilia-Romagna que se destacou no comércio desse tipo de produto no alvorecer do Renascimento (ZANETTINI, 1986, p.120) – permite por em outra perspectiva algumas das fontes documentais que tratam do cotidiano do Recolhimento de Santa Teresa. Os registros das visitas pastorais realizadas em 1811 e 1812 indicam claramente que as reclusas viviam *em uma pobreza franciscana*[29]. Entretanto, de acordo com hipótese de Zanettini, as faianças finas faziam parte do cotidiano das casas mais abastadas (ZANETTINI, 1986, p.128).

Considerando o período de produção dos mesmos, podemos propor uma datação relativa para o Recolhimento de Santa Teresa:

Quadro 9: Datação relativa da amostra selecionada do acervo de faianças do MAI

Recolhimento de Santa Teresa	Período de Produção	
Item 1 (nº CP/JB S9/3511 n.0-20cm)	1759	1860
Item 2 (nº RMN 18,19,20)	1815	1835
Item 3 (nº RMN 45)	1820	1900
Item 4 (nº CP/JBS9?PT II 20-40cm)	1820	1860
Item 5 (nºCP/JB/S9/PT – 10-40cm)	1800	1820
Item 6 (nº RMN47, 48, 53)	1851	1900
Item 7 (nº RMN 1,2,3,4,5,6)	1820	1900

Nota: elaboração de Alejandra Saladino, a partir de informações sobre faianças contidas em Bandeira (2011).

HABITUS Goiânia, v. 15, n.2, p. 301-317, jul./dez. 2017.

De acordo com o Quadro 9, é possível considerar o *terminus ante quem* 1815 de e o *terminus post quem* de 1900 para toda a amostra. Portanto, podemos sugerir que o material em tela, coletado nas camadas superficiais do sítio está relacionado aos últimos anos de funcionamento do Recolhimento de Santa Teresa e possivelmente aos núcleos familiares dos pescadores que o ocuparam após seu abandono. Se considerarmos as formas das peças (pratos e malgas) e seus atributos, é possível aventar que as peças podem estar associadas a contextos sociais das classes mais baixas, onde há pouca diversidade de peças, e as mesmas são utilizadas para múltiplos fins, informação que pode alinhar-se àquelas contidas nos registros documentais, que destacam a vida simples de seus moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a análise de uma pequena amostra de faianças esteja em etapa inicial, o desenvolvimento deste estudo preliminar permitiu, entretanto, entrever as potencialidades das investigações sobre as faianças finas da coleção do MAI, que podem resultar em interpretações sobre uma variada gama de temáticas, designadamente *as relações de poder, gênero, discursos ideológicos, construção de identidades, análise de classes, etnicidade e status socioeconômico* (SYMANSKI, 2001, p.135). No caso específico de nosso estudo, esse potencial foi parcialmente explorado, visto que as próximas etapas desta investigação deverão contemplar a incorporação e interpretação das fontes documentais sobre a procedência da amostra pela equipe do IPHAN responsável pela supervisão das obras de drenagem de 2009. Em outras palavras, nesta etapa preliminar, foram analisados os dados contidos nos próprios artefatos, resultantes da identificação dos padrões da amostra (morfológicos, tecnológicos e estilísticos). Assim sendo, coincidimos com Symanski, que considera o estudo da distribuição espacial dos itens, assim como de qualquer artefato encontrado em um sítio, etapa de fundamental importância para a análise e interpretação da cultura material (SYMANSKI, 2001, p.138).

Compreendemos que o desenvolvimento de um estudo mais amplo sobre a coleção de faiança do Museu de Arqueologia de Itaipu associado a um levantamento que abra sondagens nos diversos cômodos do Recolhimento – que certamente ampliará aquela coleção com a coleta de outros fragmentos – poderá, além de fornecer subsídios para uma interpretação sobre o ordenamento do espaço e as atividades desenvolvidas em cada área do edifício, contribuirá para a contextualização de algumas informações advindas dos registros documentais, como por exemplo, a que aponta o Recolhimento em tela como lugar de reclusão de indivíduos das classes sociais mais baixas.

AGRADECIMENTOS

A realização deste estudo não seria possível sem o apoio constantes das equipes do MAI e do Setor de Arqueologia do IPHAN/RJ e, ainda de Natália de Figueirêdo Biserra e Carlos Barata, que participaram da investigação dos processos de patrimonialização e musealização do Recolhimento de Santa Teresa (Projeto UNIRIO nº 000387/2010). Agradeço também a Fábio Santo Nicola pelos registros fotográficos realizados.

THE FAIENCE OF SANTA TERESA CONVENT: SOME PRELIMINARY NOTES

Abstract: *this article is an offshoot of a research project on the process of patrimonial and musealization of Santa Teresa Convent. The investigation, the beginning of a reflection founded by the grammar of Museology and Heritage, extended to archeology and material culture studies. We aimed to present the partial results of the analysis of the faience that collected on the site.*

Keywords**:** *Historic Archaeology. Material culture. Convent. Niterói.*

Notas

1 A pesquisa contou com a colaboração do bolsista de Iniciação Científica, Carlos Barata, da pesquisadora voluntária, a discente Natália Biserra e com o apoio da equipe do Museu de Arqueologia de Itaipu.

2 Patrimonialização pode ser compreendida como um processo constituído por um complexo conjunto de ações fundamentados no reconhecimento do valor patrimonial, no tombamento/classificação do bem cultural e na aplicação de outras estratégias de preservação e valorização, como, por exemplo, a musealização. De acordo com André Desvallés e François Mairesse, a patrimonialização compreende ainda como mecanismos de constituição e extensão do patrimônio (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013, p. 75).

3 De acordo com a museóloga Cristina Bruno (1997, p.1), a musealização "organiza-se a partir de estudos relacionados à cadeia operatória de procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e atividades educativo-culturais), aplicados à realidade arqueológica, constituída a partir de referências patrimoniais, coleções e acervos. Por um lado, estes estudos buscam o gerenciamento e preservação destes bens patrimoniais e, por outro, têm a potencialidade de cultivar a noções de identidade e pertencimento". Para aprofundar sobre o tema, ver Desvallés; Mairesse (2013, p. 56-58).

4 A obra, realizada em 1991, foi supervisionada pelo Setor de Arqueologia da Superintendência do IPHAN/RJ.

5 A obra, relativa ao Projeto Águas de Itaipu, foi realizada em 2008 sem acompanhamento arqueológico.

6 A obra, realizada em 2009, foi supervisionada pelo Setor de Arqueologia da Superintendência do IPHAN/RJ.

7 Os dados apresentados resultam de nossa pesquisa desenvolvida entre 2011 e 2013.

8 Como, por exemplo, a relação entre distância/isolamento e destinação/uso e entre patrimonialização e musealização.

9 Em setembro de 2010 foi recuperado por uma equipe de salvamento, composta por arqueólogos do Museu Nacional e funcionários do MAI e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), um sepultamento coletivo de um adulto e três crianças. Esse material é objeto de análise da equipe do Laboratório de Antropologia Biológica do MN/UFRJ.

10 De acordo com o arqueólogo Ondemar Dias Jr. (1992) nesse contexto estabeleceu-se o sistema cultural designado, à luz da perspectiva histórico-culturalista, como Tradição Itaipu.

11 Os referidos projetos foram desenvolvidos posteriormente ao salvamento arqueológico coordenado por Lina Kneip, arqueóloga do MN/UFRJ (KNEIP, 1979a; KNEIP, 1979b).

12 Sobre os valores patrimoniais associados aos bens arqueológicos, vale ressaltar alguns aspectos. O primeiro diz respeito aos enquadramentos oficiais do processo de patrimonialização. Embora a instituição do patrimônio cultural transborde os limites do poder público, e o reconhecimento do patrimônio cultural enquanto referência cultural tenha como alicerce a ressonância entre ele e a comunidade (GONÇALVES, 2007), o patrimônio cultural é construído pelos discursos oficiais, associados a valores reconhecidos e partilhados transnacionalmente, por meio das Recomendações Internacionais da UNESCO. Assim sendo, os conceitos de excepcionalidade e o de monumentalidade são legitimados pelo dispositivo legal que institui o tombamento como instrumento de proteção, o

Decreto-Lei nº25/37. De acordo com as Cartas Patrimoniais da arqueologia (Carta de Nova Délhi e Carta de Lausanne), os bens arqueológicos são também reconhecidos enquanto referências patrimoniais quando identificados os valores de representatividade e significância científica, aspecto já levantado, segundo a antropóloga Lucieni Simão, pelo naturalista Luiz de Castro Faria, no Congresso Internacional de Americanistas, realizado em 1954 (SIMÃO, 2009, p.432). Entretanto, vale destacar ainda a dimensão política desse processo de valoração. Para aprofundar esta questão, que não faz parte dos objetivos do presente artigo, recomenda-se o estudo sobre o lugar do patrimônio arqueológico nas práticas e na trajetória do IPHAN (SALADINO, 2010).

13 O caminho em questão ligou Niterói à Região dos Lagos do litoral fluminense, da qual podemos destacar, dentre outras localidades, Maricá e Cabo Frio. Desse processo de fracionamento resultaram a Fazenda de Piratininga, o Engenho Tiririca e a Fazenda de Itaipu, dentre outras.

14 Praia vizinha à de Itaipu, situada em uma região conhecida, no período colônia, como Alto Mourão.

15 Desse processo de fracionamento resultaram a Fazenda de Piratininga, o Engenho Tiririca e a Fazenda de Itaipu, dentre outras.

16 De acordo com os registros de batismo da Freguesia de São Sebastião de Itaipu arquivados na Diocese de Niterói, no período em questão nasceram duas crianças, uma do sexo masculino e outra do feminino, filhos de duas escravas do Recolhimento e de dois escravos da Igreja de São Sebastião

17 Sua reclusão deveu-se ao seu pedido de divórcio do marido, Bernardo Antonio do Amaral. Após sua fuga, Fortunata ela mesmo solicitou sua reclusão no Recolhimento do Parto, na cidade do Rio de Janeiro (SALADINO; BARATA; BISERRA, 2013).

18 As causas ainda não foram identificadas nas fontes primárias consultadas, o que implica na necessidade de estender a investigação aos fundos guardados na Torre do Tombo.

19 O responsável pela redação do parecer técnico foi o poeta e técnico do IPHAN, Carlos Drummond de Andrade.

20 De acordo com o Decreto-Lei nº25/37 há quatro Livros de Tombo para inscrição dos monumentos históricos e artísticos nacionais de valor reconhecido: o Livro Histórico, o Livro de Belas Artes, o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e o Livro das Artes Aplicadas.Em nota técnica de 16 de julho de 1946, o arquiteto Alcides da Rocha Miranda ressaltou o iminente risco de desaparecimento das ruínas decorrente do loteamento da região para fins comerciais. Assim sendo, o tombamento, além de instrumento de reconhecimento do valor patrimonial de um bem cultural, era aplicado para garantir a sua proteção. A investigação no processo de tombamento dos Remanescentes de Santa Rita sugere que o inventário desse bem cultural foi assaz comprometido pela escassez de informações sobre ele. Entretanto, no inventário produzido ao longo do processo, as notas técnicas realizadas ressaltaram o valor estético das ruínas, como testemunho singular da arquitetura religiosa. Tal especificidade foi ressaltada pelo próprio presidente do Iphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade quando, no Ofício nº986, de 8 de novembro de 1948, tentava sensibilizar a Secretaria de Governo do Estado do Rio de Janeiro para que este órgão se responsabilizasse pela preservação do bem cultural, referiu-se a ele como "remanescentes de valioso monumento do século XVIII, interessando logo à primeira vista pela sua feliz integração na paisagem circundante."

21 O projeto foi coordenado pelo arquiteto Edgard Jacintho, membro do quadro funcional do IPHAN desde sua criação e igualmente responsável pelo projeto de criação do MAI.

22 A Carta de Veneza (UNESCO, 1964), em seu artigo 5º reconhece que a conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade.

23 O antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves reconhece que a preservação e valorização das referências patrimoniais não dependem exclusivamente da decisão política e da vontade de um órgão do Estado, tampouco da atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos mas, rigorosamente, da sua ressonância com o público, percebida, à luz de Greenblat, como o poder que têm de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante (GREENBLAT apud GONÇALVES, 2007, p. 19).

24 Faz-se mister reconhecer que a relação da comunidade local com as referências patrimoniais objeto desta reflexão nem sempre foi pautada na valorização desses bens. E é justamente nesses momentos, quando de alguma forma a preservação do Recolhimento de Santa Teresa e do sítio Duna Grande representou algum constrangimento ao bem-estar dos locais, como, por exemplo, a proibição da construção de pavimentos superiores nas habitações contíguas à ruína e da utilização do sítio Duna

HABITUS Goiânia, v. 15, n.2, p. 301-317, jul./dez. 2017.

Grande como atalho para chegar à outra margem do canal de Itaipu ou como área de passagem de veículos, que mais se fez necessária a intervenção do MAI com o desenvolvimento de atividades de sensibilização e educação patrimonial.

25 Em ofício de 4 de agosto de 1970, Renato Soeiro, então ... Diretor do IPHAN, usando de suas atribuições, e tendo em vista a colaboração espontânea oferecida pelo Sr. Hildo de Melo Ribeiro, interventor da Colônia de Pescadores, Z-10, RJ, (...) resolve outorgar ao mesmo credenciais para zelar pelas ruínas do Recolhimento de Santa Tereza (...) bem como zelar pelas dunas-sambaquis e outros monumentos arqueológicos (...) (apud SALADINO, 2010, p. 220).

26 À época de nossa formação, fazia parte do currículo do curso de Museologia a cadeira "Vidros, faianças, louças e cristais", quando tivemos um contato superficial com os materiais e percebemos o potencial da faiança como um marcador cronológico, pois o período de produção de determinado tipo de pasta, esmalte e decoração pode ser identificada em catálogos.

27 Entretanto, há a expectativa de realização de uma pesquisa arqueológica coordenada pelo Prof. Dr. Marcos Caldas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFFRJ e, assim, a possibilidade de levantar informações sobre o contexto, como, por exemplo, sobre as atividades desempenhadas em cada pátio da edificação e, quiçá, contextualizar minimamente a coleção em tela.

28 Optamos por trabalhar com uma amostra quantitativamente reduzida devido à sua representatividade no que se refere à coleção de faianças finas do acervo do MAI. Em outras palavras, os demais fragmentos que compõem o conjunto de peças apresentam as mesmas características contempladas nas peças selecionadas, no que se refere às variáveis analisadas, a saber: categoria, esmalte, decoração e estilo.

29 Visitas Pastorais, Freguesias do Norte – 1811-1812 – Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, VP12.

Referências

BANDEIRA Beatriz, Brito de Ferreira. *Estudo das faianças portuguesas recuperadas nas escavações do Paço Imperial – Praça XV de Novembro, Rio de Janeiro.* Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museologia e museus: princípios, problemas e métodos. *Cadernos de Sociomuseologia,* nº 10. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, p.5-20, 1997.

DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François (Ed.). *Conceitos-chave de museologia.* São Paulo: ICOM-Brasil, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 2013.

DIAS JUNIOR, Ondemar F. A tradição Itaipu, costa central do Brasil. MEGGERS, B. J. (ed.). *Prehistoria sudamericana: nuevas perspectivas.* Washington D.C.: Taracaxum, p.161-176, 1992.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios.* Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HERINGER, Pedro Colares da Silva. *Museu como ferramenta de proteção a sítios arqueológicos: o caso do Sítio Arqueológico Duna Grande e o Museu de Arqueologia de Itaipu.* Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

KNEIP, Lina. *Relatório da pesquisa de salvamento do sítio arqueológico Duna Pequena*. Rio de Janeiro, 1979a.

KNEIP, Lina. Relatório da pesquisa de salvamento do sítio arqueológico Sambaqui de Camboinhas. Rio de Janeiro, 1979b.

IPHAN. 2008. Quantificação e relação da coleção de material arqueológico proveniente do Recolhimento de Santa Tereza – Museu de Itaipu, Niterói/RJ (Recolhimento das mulheres). Rio de Janeiro: Assessoria de Arqueologia da 6ª SR/IPHAN, 31p.

LIMA, Sandra Mara Silva de. *Casas secretas – a reclusão feminina num estudo sobre o Recolhimento de Santa Teresa, Itaipu, 1764-1820.* Monografia (Licenciatura de História) - Faculdade de Formação de Professores. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 1999.

PROUS, A. 1992. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1992.

SALADINO, Alejandra. *Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN.* Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SALADINO, Alejandra. *O Recolhimento de Santa Teresa: usos e funções de um lugar de memória da Freguesia de São Sebastião de Itaipu, Niterói – séculos XVIII ao XXI. Relatório Final.* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

SALADINO, Alejandra; BARATA, Carlos; BISERRA, Natália de Figueirêdo. Longe das vistas: o Recolhimento de Santa Teresa na Freguesia de São Sebastião de Itaipu. *Caderno Socioambiental,* Niterói, Museu de Arqueologia de Itaipu, Ano 1, N.1, p. 43-51, 2013.

SIMÃO, Lucieni de Menezes. Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil. *Boletim Museu Paraense Emilio Goeldi*, Ciências Humanas, Belém, v.4, nº3, p.421-435, set-dez 2009.

SOUZA, Rafael de Abreu e. A epidemia do branco e a assepsia das louças na São Paulo da Belle Époque. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos,* Rio de Janeiro, v.19, nº 4, Rio de Janeiro, oct/dec 2012.(http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000400003 (acesso em 20/2/2017).

SYMANSKI, Luiz. A louça na pesquisa arqueológica: possibilidades analíticas e interpretativas. TOCHETTO, Fernanda (org.). *A faiança fina em Porto Alegre.* Porto Alegre: Unidade Editorial, p.134-161, 2001.

UNESCO, 1964. *Carta de Veneza.* http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf (acesso em 20/2/2017).

ZANETTINI, Paulo. Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. *Arqueologia*, Curitiba, n.5, p.117-130, 1986.